

Jogo duro para renegociar a dívida externa

GAZETA MERCANTIL

• 3 OUT 1986

José Bezerra Marinho (*)

A recente viagem do presidente Sarney aos Estados Unidos e as pressões dos credores internacionais para que o Brasil volte a se colocar sob a tutela do FMI reacenderam as discussões sobre a renegociação da dívida externa.

Devemos, hoje, cerca de US\$ 100 bilhões. Pagamos em torno de US\$ 11 bilhões de juro, por ano para manter inalterado o montante de nossa dívida externa. São cifras fantásticas que deixam de ser investidas no País.

Com esses US\$ 11 bilhões seria possível, por exemplo, a cada ano, irrigar 2,5 milhões de hectares no Nordeste, criar 1,5 milhão de empregos, construir milhões de salas de aula e manter milhões de leitos de hospitais!

A renda per capita do nordestino é de US\$ 800 anuais. Pergunto: podemos dar-nos ao luxo de pagar de juros, a cada doze meses, o equivalente à renda anual de um terço da população nordestina, ou seja, 13 milhões de pessoas? É evidente que não. E a ho-



ra de renegociar a dívida externa!

O Brasil possui a tradição de honrar seus compromissos financeiros internacionais, mesmo com as mudanças de regime e de governo. O presidente Sarney, sem dúvida, manterá essa tradição. No entanto, os termos de pagamento impostos pelo mercado financeiro internacional são inaceitáveis.

O mercado financeiro internacional quebrou sua própria tradição e está de pernas para o ar. A taxa de juros sobre a maior parte da nossa dívida não é fixa, mas oscila de acordo com a taxa em vigor nos Estados Unidos ou na Inglaterra, no dia do vencimento de cada parcela.

Que consumidor, em qualquer parte do mundo, aceitaria comprar um rádio ou uma televisão a prazo sem saber o valor exato das prestações a pagar? Nenhum, é claro. Mas é nessa situação inacreditável em que nos encontramos.

Além disso, os bancos exigem um "spread", ou seja, uma taxa de risco, de 2% ao ano, quando o Brasil, pelo seu peso econômico e por sua tradição, não oferece nenhum risco sério para os banqueiros internacionais. Um "spread" de

0,55% seria mais do que suficiente! Se o México — que nos últimos cinco anos deixou de pagar seus compromissos internacionais por duas vezes — conseguiu uma taxa de risco menor, por que o Brasil, que não oferece nenhum risco, não pode também ter sucesso nesse ponto?

O governo Sarney deve, ainda, renegociar um limite máximo de 2,5% do PIB para o chamado serviço da dívida, abandonando os 5% de 1984 e os 4,5% atuais. Os juros também precisam ser reduzidos e fixados, protegendo o País das oscilações do mercado financeiro. E, finalmente, parte do montante de nossa dívida com os credores internacionais deve ser convertida em investimento real no País.

São propostas razoáveis, embora, certamente, destinadas a enfrentar resistências dos credores estrangeiros. Mas não constituem uma ruptura com eles. O Brasil possui, hoje, uma situação interna favorável, que lhe reforça o poder de barganha. O saldo do nosso comércio exterior deve ficar neste ano em torno de US\$ 13 bilhões e nossas reservas são de US\$ 9 bilhões.

No plano internacional, vários fatores conjunturais também nos beneficiam.

Por exemplo, o preço do petróleo, atualmente em torno de US\$ 16 o barril, ainda está baixo. Os juros internacionais também sofreram uma ligeira queda — de 8 para 7,5% — e estão em declínio. Além disso, os Estados Unidos, às voltas com um gigantesco déficit comercial — só em agosto deste ano ele foi de US\$ 18 bilhões —, precisam aumentar suas exportações e não estão em condições para endurecer com o Brasil, apesar da rudeza com que os americanos colocaram seus pontos de vista por ocasião da visita do nosso presidente.

O momento é favorável. Para uma solução soberana na renegociação da dívida externa, o desempenho da economia brasileira é importante. Mas decisivos, porém, são dois fatores: a coragem política do presidente Sarney e um firme respaldo popular e parlamentar.

Não somos ingênuos. As pressões sobre o governo brasileiro serão muito fortes, como indicou o discurso do presidente Reagan ao saudar o presidente Sarney. Por isso é importante mobilizar a consciência nacional para essa questão, especialmente agora que vamos eleger a Assembléia Nacional Constituinte e vi-

vemos um momento tão rico de discussões.

A dívida externa não é um problema apenas dos economistas, mas algo que tem a ver, diretamente, com o cotidiano de cada cidadão brasileiro. O calçamento da rua, o saneamento, a construção de escolas e hospitais, a criação de empregos, todos esses investimentos necessitam dos dólares que estão sendo pagos aos bancos estrangeiros. Não podemos conviver com a evasão de nossas riquezas numa hora tão decisiva como essa.

Não será aumentando impostos ou criando novas taxações que o governo conseguirá os recursos de que o País necessita para manter o ritmo de crescimento da nossa economia. Não será ainda com a adoção de medidas que recaiam sobre os salários. Não é mais possível apertar os cintos dentro do País. O único caminho é o da renegociação justa da dívida externa, para o qual o governo precisa contar com o apoio decisivo da população e de seus parlamentares.

(*) Advogado em Natal e candidato à Constituinte pelo PMDB do Rio Grande do Norte.